

Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.

**Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2023 e
relatório dos auditores independentes**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	6
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações dos resultados	11
Demonstrações dos resultados abrangentes	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	15



Relatório da Administração

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2023, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da **Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.** (“RPTE” ou “Companhia”) para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Carta do Presidente

Cenário

A **Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.** (“RPTE” ou “Companhia”) atua no segmento de transmissão de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 17 anos de existência. Em 2023, a Concessionária manteve as atividades de operação e manutenção de cinco subestações e 408,46 km de linhas com capacidade instalada de 500 kV, autorizada conforme Contrato de Concessão nº 003/2007.

Transmissão

Contando com de cinco subestações e 408,46 km de linhas de transmissão, nas tensões de 500 kV, a área de transmissão da Outorgada transporta a energia recebida do Sistema Interligado (vide detalhamento no quadro abaixo). Além de usar suas linhas de transmissão para prover energia a consumidores em Minas Gerais e São Paulo, a Outorgada transmite energia para outras empresas usuárias do Sistema Interligado Brasileiro.

Linhas de Transmissão em Operação - Características Físicas

Linhas de Transmissão	Circuito	Tensão (Kv)	Extensão (Km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação comercial	Vencimento da Outorga
LT 500 kV MARIMBONDO /MARIMBONDO II C-3	3	500	6,08	--	27/01/2019	20/04/2037
LT 500 kV MARIMBONDO II /SAO SIMAO-SE C-1	1	500	203,68	--	27/01/2019	20/04/2037
LT 500 kV MORRO AGUDO /RIBEIRAO PRETO C-1	1	500	65,07	--	03/07/2017	20/04/2037
LT 500 kV MARIMBONDO /MORRO AGUDO C-1	1	500	133,92	--	03/07/2017	20/04/2037

Linhas de Transmissão em Operação - Características financeiras – Projetos de Linhas

Linhas de Transmissão	Propriedade	RAP (R\$ Mil)	RAP Proporc. (R\$ Mil)	Ano de degrau da RAP	Mês Base Reajuste	Índice de Correção
LT RPTE	RPTE	46.465	46.465	2022	Junho	IPCA



RIBEIRÃO PRETO

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Em vista das linhas em operação com respectiva RAP e autorizados pela ANEEL e dos projetos vencidos mediante licitação, a RAP esperada é de R\$ 33,3 milhões para 2024 (redução de 34% em relação a 2023) e de R\$ 34,6 milhões para 2025 (evolução de 5% em relação a 2024), conforme quadro a seguir:

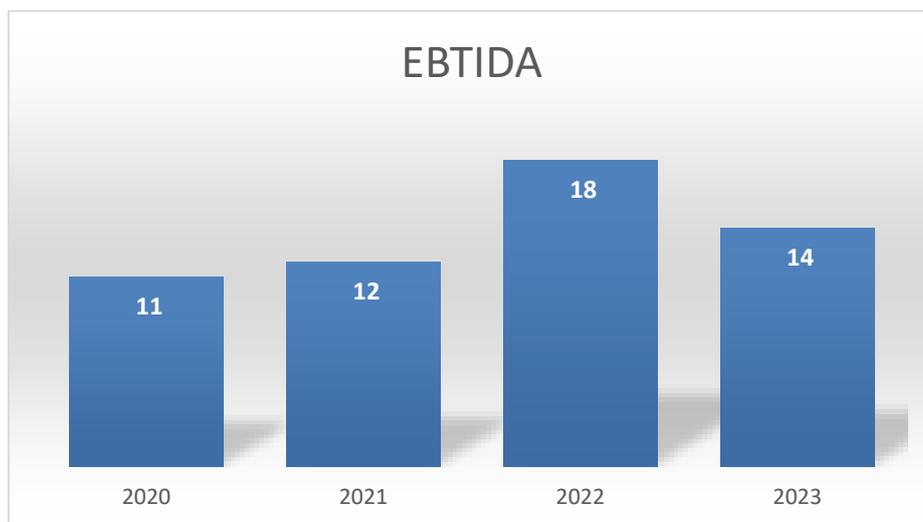
2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
46.465	49.151	33.330	34.568	35.778	37.030	38.327

Desempenho econômico-financeiro

Em 2023, o lucro líquido foi de R\$ 33 milhões, contra R\$ 28 milhões em 2022, um crescimento de 21%.

A receita operacional líquida atingiu R\$ 49 milhões, enquanto em 2022 situou-se em R\$ 44 milhões. Esse aumento de 11% resulta de resultados positivos associados a receita de encargos de transmissão e Descontos da TUST.

A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 13,44% contra 10% em 2022. O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 14 milhões, inferior em 22% a 2022, que foi de R\$ 18 milhões, conforme evolução abaixo:



Serviços de Auditoria Externa

Em 2023 a empresa teve como auditor Independente exclusivo a KPMG Auditores Independentes. O primeiro contrato com a KPMG Auditores Independentes foi assinado em 12 de maio de 2020 com vigência efetiva até o fim de cada ciclo de auditoria sendo este contrato renovado anualmente. Em cumprimento à revisão da NBC PA 400 alterada pela Revisão da NBC 17, informamos que no último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, os auditores independentes da Companhia Exerceram tão e somente serviços contratados de auditoria contábil externa e não receberam quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços. Demonstramos no quadro abaixo a remuneração (honorários e serviços) relacionada aos serviços de auditoria externa:



RIBEIRÃO PRETO

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Remuneração Relacionada aos Serviços de auditoria Externa	
Auditor Independente (Em milhares de reais)	2023
KPMG Auditores Independentes	30
Total	30

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da

Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 01 de março de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	47.702	70.579
Concessionárias e permissionárias	9	5.661	5.030
Contas a receber - partes relacionadas	25	1.452	1.925
Almoxarifado	10	5.148	5.743
Adiantamento a fornecedores		58	14
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		178	177
Outros impostos a recuperar		1	27
Outros ativos circulantes		402	649
		60.602	84.144
Ativo não circulante			
Outros ativos não circulantes		999	4.156
Imobilizado não vinculado à concessão	11	278	418
Imobilizado	11	186.833	186.146
Intangível	12	12.133	12.118
		200.243	202.838
Total do ativo		260.845	286.982

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores – terceiros		386	442
Fornecedores - partes relacionadas	25	567	576
Obrigações sociais e trabalhistas	13	1.618	1.552
Imposto de renda e contribuição social a pagar	14	885	619
Outros impostos a pagar	14	628	604
Dividendos propostos		175	-
Taxas regulamentares	15	671	1.271
		<u>4.930</u>	<u>5.064</u>
Passivo não circulante			
Provisão para contingências	16	655	3.799
Obrigações especiais	17	6.879	-
		<u>7.534</u>	<u>3.799</u>
Patrimônio líquido	18		
Capital social		213.802	352.802
Reserva legal		923	-
Reserva de lucros		17.370	-
Lucro/ (Prejuízo) acumulado		16.286	(74.683)
		<u>248.381</u>	<u>278.119</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>260.845</u>	<u>286.982</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	19	49.130	44.301
Custo da operação	20	<u>(17.232)</u>	<u>(16.244)</u>
Lucro bruto		31.898	28.057
Despesas gerais e administrativas	21	(2.167)	(2.695)
Outras despesas/receitas operacionais		<u>(457)</u>	<u>(518)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		29.274	24.844
Resultado financeiro	23	<u>9.411</u>	<u>6.330</u>
Receita financeira		9.526	6.541
Despesa financeira		(115)	(211)
Resultado antes dos impostos sobre lucros		<u>38.685</u>	<u>31.174</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	24	<u>(5.304)</u>	<u>(3.603)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>33.381</u></u>	<u><u>27.571</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	33.381	27.571
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de outros resultados abrangentes	<u>33.381</u>	<u>27.571</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros			Lucro/ (Prejuízos) Acumulados	Total
	Capital social	Reserva de lucros	Reserva legal		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	352.802	-	-	(102.254)	250.548
Lucro líquido do exercício	-	-	-	27.571	27.571
Saldo em 31 de dezembro de 2022	352.802	-	-	(74.683)	278.119
Absorção do prejuízo com a redução de capital social (Nota explicativa 18)	(76.057)	-	-	76.057	-
Redução de capital social com capital restituído (Nota explicativa 18)	(62.943)	-	-	-	(62.943)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	33.381	33.381
Constituição da reserva legal (Nota explicativa 18)	-	-	923	(923)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa 18)	-	-	-	(175)	(175)
Destinação de lucros acumulados a reserva de lucros (Nota explicativa 18)	-	17.370	-	(17.370)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	213.802	17.370	923	16.286	248.381

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício antes dos impostos		38.685	31.174
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Depreciação e amortização	11/ 12	8.843	8.643
Reversão de depreciação acumulada por obsolescência		-	(103)
Baixa de imobilizado e intangível	11/ 12	-	131
Provisão para perda de crédito esperada	9	1	256
Provisão para contingência	16	(3.144)	2.241
(Aumento) redução nos ativos			
Concessionárias e permissionárias		(632)	658
Contas a receber - partes relacionadas		470	(620)
Imobilizado e intangível	11/ 12	25	5
Almoxarifado		595	(67)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(1)	-
Outros impostos a recuperar		26	(27)
Adiantamentos a fornecedores		(44)	(1)
Outros ativos		3.407	(1.679)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores diversos – terceiros		(56)	73
Fornecedores diversos – partes relacionadas		(9)	(119)
Imposto de renda e contribuição social a pagar		(2.116)	(1.244)
Outros impostos a pagar		2.105	1.887
Taxas regulamentares		(600)	328
Outros impostos pagos		(2.081)	(1.820)
Obrigações sociais e trabalhistas		66	82
Outros passivos		6.879	-
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		52.419	39.798
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(2.923)	(2.095)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		49.496	37.703
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível	11/ 12	(9.430)	(1.298)
Fluxo de caixa aplicado (consumido) nas atividades de investimento		(9.430)	(1.298)
Redução de capital	18	(62.943)	-
Fluxo de caixa consumido pelas atividades de financiamento		(62.943)	-
Aumento / (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(22.877)	36.405
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		70.579	34.174
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		47.702	70.579

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias *(Em milhares de Reais)*

1 Informações gerais

A Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. (“RPTE” ou “Companhia”), é uma companhia privada, de capital fechado, constituída em - 12 de dezembro de 2006 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955, sala, nº 1501, Centro, Rio de Janeiro. Possui duas filiais localizadas em Minas Gerais e São Paulo.

A Companhia iniciou suas operações em 01 de setembro de 2009, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1. Da concessão

A Cobra Instalaciones y Servicios S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 005/2006 realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote C. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 3 de abril de 2007 foi publicado no Diário Oficial de 4 de abril de 2007.

No dia 20 de abril de 2007, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 005/2006 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em:

- (i) Instalações de transmissão em 500 KV, com origem na Subestação São Simão e término na Subestação Marimbondo, ambas no Estado de Minas Gerais, com circuito simples e com extensão aproximada de 216 km, conforme descrito no contrato de concessão. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 210 km devido à características do local em que a linha foi implantada. E pela linha de transmissão 500 KV, com origem na Subestação Marimbondo, no Estado de Minas Gerais e término na Subestação Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, com circuito simples e com extensão aproximada de 196 km, conforme descrito no contrato de concessão. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 199 km devido à características do local em que a linha foi implantada.
- (ii) Entradas de linhas 500 KV na Subestação São Simão, 500 KV na Subestação Marimbondo por reatores de barra, 500 KV na Subestação Ribeirão Preto bem como as respectivas instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

1.2. Receita anual permitida (RAP)

A RAP foi determinada em aproximadamente R\$18.500 (dezoito milhões e quinhentos mil reais) (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IPCA. A partir do décimo sexto ano de operação a

RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão.

Em 13 de julho de 2021, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 42.414.815 (quarenta e dois milhões, quatrocentos e quatorze mil, oitocentos e quinze reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

Em 12 de julho de 2022, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.067/2022 estabeleceu a RAP em R\$ 50.515 (cinquenta milhões, quinhentos e quinze mil reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

Em 04 de julho de 2023, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.216/2023 estabeleceu a RAP em R\$ 47.786 (quarenta e sete milhões, setecentos e oitenta e seis mil reais) para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024.

A receita é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3. Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

1.4. Revisão Tarifária Periódica

Em 21 de Junho de 2022, a ANEEL, através da resolução homologatória nº 3.050/2022, homologou o resultado das Revisões Tarifárias Periódicas da Receita Anual Permitida – RAP dos Contratos de Concessão de Transmissão de Energia, com um índice de reposicionamento nominal de 33,31%, devendo ser aplicados sobre as parcelas das novas instalações da Rede Básica – RBNI,

das Demais Instalações de Transmissão autorizadas – RCDM, das Melhorias – RMEL. E o índice de reposicionamento nominal de 17,09%, relativos às receitas ofertadas no Leilão devendo ser aplicados sobre as parcelas das instalações da Rede Básica – RBL e, quando for o caso, sobre as Demais Instalações de Transmissão – RPEC.

A revisão tarifária periódica é feita a cada 5 anos.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo órgão regulador e conforme as políticas estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas na nota explicativa 3 e 6, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias foram autorizadas pela Administração em 29 de abril de 2024.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais da concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e impostos diferidos. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das DCRs. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3 Mudanças nas principais políticas contábeis

3.1 Informação de políticas contábeis materiais

A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações contábeis regulatórias. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na Nota 4 Principais práticas contábeis regulatórias (2022: Resumo das práticas contábeis regulatórias) e 5 Resumo das práticas contábeis materiais em determinados casos, de acordo com as alterações.

4 Principais práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias apresentadas nas páginas 20 a 26, exceto quanto ao se estabelece abaixo:

4.1 Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resolução vigente emitida pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigente veja nota explicativa 11 - Imobilizado e 12 - Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo “Em serviço” correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “Em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

4.2 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

4.3 Obrigações especiais vinculadas à concessão

A obrigação especial trata-se de uma doação compulsória que a empresa tem que receber devido a compartilhamentos de subestações. Conforme definições do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico o saldo de obrigações especiais deverá ser amortizado aplicando-se a taxa média da atividade.

5 Resumo das práticas contábeis materiais (regulatórias e societárias)

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

5.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para Perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;
- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;
- Existência de garantia;
- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;
- Análise de devedores em falência.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias.

5.3 Almoxarifado

O almoxarifado é composto essencialmente por materiais que são consumidos conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício e máquinas equipamentos para substituição do ativo imobilizado que são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

O custo do almoxarifado é baseado no método de alocação de custo médio. As provisões para almoxarifado de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

5.4 Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

5.5 Impostos

Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – Impostos Correntes

A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita.

Dessa forma, a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social é determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a Receita Bruta, sendo 8% e 32% para IRPJ e 12% e 32% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60.000 (sessenta mil reais) no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na receita tributada de acordo com as regras fiscais

5.6 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

5.8 Ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

5.9 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

5.10 Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros

- **Classificação e mensuração** - Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:
 - **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
 - **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”)** - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR :é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
 - **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
- (i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados

abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

- (ii) **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

5.11 Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5.12 Transação com partes relacionadas

As transações de contas a pagar e a receber com partes relacionadas, como prestação de serviços, são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto, não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais

6 Novas normas e interpretações não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras regulatórias da companhia.

- (a) **Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)**

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

- (b) **Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)**

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

(c) Outras normas Contábeis

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações contábeis regulatórias.

Quantos aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações contábeis regulatórias.

7 Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário e demonstração do resultado

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		60.602	17.592	78.194	84.144	32.745	116.889
Caixa e equivalentes de caixa		47.702	-	47.702	70.579	-	70.579
Concessionárias e permissionárias		5.661	-	5.661	5.030	-	5.030
Contas a receber – partes relacionadas		1.452	-	1.452	1.925	-	1.925
Almoxarifado		5.148	-	5.148	5.743	-	5.743
Adiantamentos a fornecedores		58	-	58	14	-	14
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		178	-	178	177	-	177
Outros impostos a recuperar		1	-	1	27	-	27
Ativo de contrato	a	-	17.592	17.592	-	32.745	32.745
Outros ativos circulantes		402	-	402	649	-	649
Ativo não circulante		200.243	(28.075)	172.168	202.838	(19.918)	182.920
Ativo de contrato	a	-	170.825	170.825	-	178.252	178.252
Outros ativos não circulantes		999	-	999	4.156	-	4.156
Imobilizado não vinculado à concessão		278	-	278	418	(418)	-
Imobilizado	b	186.833	(186.772)	61	186.146	(185.640)	506
Intangível	b	12.133	(12.128)	5	12.118	(12.112)	6
		260.845	(10.483)	250.362	286.982	12.827	299.809

Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2023

	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
Passivo circulante		4.930	-	4.930	5.064	-	5.064
Fornecedores – terceiros		386	-	386	442	-	442
Fornecedores – partes relacionadas		567	-	567	576	-	576
Obrigações Sociais e trabalhistas		1.618	-	1.618	1.552	-	1.552
Imposto de renda e contribuição social a pagar		885	-	885	619	-	619
Outros impostos a pagar		628	-	628	604	-	604
Taxas regulamentares		671	-	671	1.271	-	1.271
Dividendos propostos		175	-	175	-	-	-
Passivo não circulante		7.534	5.803	13.337	3.799	14.200	17.999
Provisão para contingências		655	-	655	3.799	-	3.799
Impostos diferidos	c	-	12.682	12.682	-	14.200	14.200
Obrigações especiais	f	6.879	(6.879)	-	-	-	-
Patrimônio líquido		248.381	(16.286)	232.095	278.119	(1.373)	276.746
Capital social		213.802	-	213.802	352.802	-	352.802
Reserva de lucros		17.370	-	17.370	-	-	-
Reserva legal		923	-	923	-	-	-
Prejuízo acumulado	d/ e	16.286	(16.286)	-	(74.683)	(1.373)	(76.056)
		260.845	(10.483)	250.362	286.982	12.827	299.809

Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2023

	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	49.130	(21.757)	27.373	44.301	(14.403)	29.898
Custo de construção e operação	e	(17.232)	6.148	(11.084)	(16.244)	7.205	(9.039)
Lucro bruto		31.898	(15.609)	16.289	28.057	(7.198)	20.859
Despesas gerais e administrativas		(2.167)	-	(2.167)	(2.695)	-	(2.695)
Outras (despesas) / receitas operacionais		(457)	-	(457)	(518)	-	(518)
Resultado antes do resultado financeiro		29.274	(15.609)	13.665	24.844	(7.198)	17.646
Resultado financeiro		9.411	-	9.411	6.330	-	6.330
Receita financeira		9.526	-	9.526	6.541	-	6.541
Despesa financeira		(115)	-	(115)	(211)	-	(211)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		38.685	(15.609)	23.076	31.174	(7.198)	23.976
Imposto de renda e contribuição social corrente		(5.304)	-	(5.304)	(3.603)	-	(3.603)
Imposto de renda e contribuição social diferido	c	-	695	695	-	460	460
Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício		33.381	(14.914)	18.467	27.571	(6.738)	20.833

7.1 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio Líquido societário	<u>232.095</u>	<u>276.745</u>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de contrato	(188.417)	(210.997)
Imobilizado	186.775	185.640
Imobilizado não vinculado à concessão	-	418
Intangível	12.127	12.113
Impostos diferidos passivos	12.680	14.200
Obrigações Sociais e Trabalhistas	<u>(6.879)</u>	<u>-</u>
Patrimônio Líquido regulatório	<u><u>248.381</u></u>	<u><u>278.119</u></u>

7.2 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido conforme contabilidade societária	<u>18.467</u>	<u>20.833</u>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de contrato CPC 47	(10.174)	(11.118)
Margem de construção	37.044	33.957
Outras receitas	(4.289)	(6.627)
PIS/COFINS Diferido	(824)	(546)
Depreciação e amortização regulatória	(8.580)	(8.468)
Custo de operação e manutenção	2.432	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	<u>(695)</u>	<u>(460)</u>
Lucro líquido regulatório	<u><u>33.381</u></u>	<u><u>27.571</u></u>

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a. *Ativo de concessão*

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de contrato

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um “ativo contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão são registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

b. *Imobilizado e intangível*

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c. *Impostos diferidos*

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

d. *Receita*

- (a) **Receita de construção** - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

- (b) **Remuneração do ativo contratual de concessão** - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.
- (c) **Receita de operação e manutenção** - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas demonstrações contábeis regulatórias apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 4.2.

e. Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras societárias baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas demonstrações contábeis regulatórias os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

f. Obrigações especiais

As obrigações especiais são ativos vinculados à concessão, amortizadas conforme a taxa média de depreciação do grupo do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos, nota explicativa 4.3 - Principais práticas contábeis regulatórias.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Banco	775	440
Aplicações financeiras (i)	46.927	70.139
	47.702	70.579

- (i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração média de 103,49% do CDI em 2023 e 103,82% do CDI em 2022. A variação negativa no caixa da Companhia refere-se principalmente a redução de capital aprovada pela ANEEL e realizada no mês de setembro no valor de R\$ 62.943 (sessenta e dois milhões, e novecentos e quarenta e três mil).

9 Concessionárias e permissionárias

Todos os todos clientes da Companhia são classificados como industriais ou estão envolvidos na prestação de serviços diretamente relacionados à indústria.

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	4.522	4.635
Vencidas até 30 dias	16	7
Vencidas até 60 dias	139	2
Vencidas até 90 dias (i)	360	7
Vencidas até 120 dias (i)	133	2
Vencidas até 180 dias (i)	82	243
Vencidas entre 180 e 360 dias (i)	268	91
Vencidas acima de 360 dias (i)	420	320
	5.940	5.307
(-) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCE) (ii)	(279)	(277)
	5.661	5.030

- (i) Variação refere-se substancialmente a recebimentos de descontos incidentes na Tarifa de Uso dos Sistemas - TUST da CCEE ocorridos em 2022.
- (ii) A Companhia não possui títulos renegociados em sua composição do saldo de contas a receber.

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(277)	(21)
Reversão		1
Adição (i)	<u>(2)</u>	<u>(257)</u>
Saldo final	<u><u>(279)</u></u>	<u><u>(277)</u></u>

- (i) Variação refere-se substancialmente ao AVC complementar das empresas do grupo Quinturaré registrado em 2022 ainda não recebido.

10 Almojarifado

	31/12/2023	31/12/2022
Almojarifado de manutenção e operação (i)	<u>5.148</u>	<u>5.743</u>
	<u><u>5.148</u></u>	<u><u>5.743</u></u>

- (i) As peças de almojarifado são consumidas conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício.

11 Imobilizado

a. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2023	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas.
Ativo imobilizado em serviço												
Transmissão	277.088	-	-	7.514	284.602	7.514	(109.227)	175.375	176.524	(6.970)	91	(6.879)
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.941	-	-	-	2.941	-	(1.111)	1.830	1.928	-	-	-
Máquinas e equipamentos	272.581	-	-	7.448	280.029	7.448	(106.924)	173.105	174.131	(6.970)	91	(6.879)
Veículos	1.511	-	-	66	1.577	66	(1.147)	430	452	-	-	-
Móveis e utensílios	55	-	-	-	55	-	(45)	10	13	-	-	-
Administração	351	-	-	-	351	-	(314)	37	65	-	-	-
Máquinas e equipamentos	243	-	-	-	243	-	(230)	13	25	-	-	-
Veículos	107	-	-	-	107	-	(83)	24	39	-	-	-
Móveis e utensílios	1	-	-	-	1	-	(1)	-	1	-	-	-
	277.439	-	-	7.514	284.953	7.514	(109.541)	175.412	176.589	(6.970)	91	(6.879)
Ativo imobilizado em curso												
Transmissão	9.534	9.403	(25)	(7.514)	11.398	1.864	-	11.398	9.534	-	-	-
Máquinas e equipamentos	599	7.310	(18)	(7.384)	507	(92)	-	507	599	-	-	-
Veículos	-	128	-	(66)	62	62	-	62	-	-	-	-
Outros	8.935	1.965	(7)	(64)	10.829	1.956	-	10.891	8.935	-	-	-
Administração	23	-	-	-	23	-	-	23	23	-	-	-
Máquinas e equipamentos	22	-	-	-	22	-	-	22	22	-	-	-
Outros	1	-	-	-	1	-	-	1	1	-	-	-
	9.557	9.403	(25)	(7.514)	11.421	1.864	-	11.421	9.557	(6.970)	91	(6.879)
Ativo imobilizado	286.996	9.403	(25)	-	296.374	9.378	(109.541)	186.833	186.146	(6.970)	91	(6.879)

Valor em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2023	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas.
------------------------	-------------	------------	-------------	------------------------	----------------------	--------------------------------	--------------------------------	-----------------------------------	--------------------------	--------------------------------------

Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2023

					Adições							
					líquidas =							
					(a)-(b)+(c)							
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	1.394	-	-	-	1.394	-	(1.116)	278	418	-	-	-
Ativo não vinculado	1.394	-	-	-	1.394	-	(1.116)	278	418	-	-	-

b. Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%) (i)	31/12/2023		31/12/2022	
		Valor Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Transmissão	7,81%	284.602	(109.227)	175.375	176.524
Administração	7,51%	351	(314)	37	65
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10,00%	1.394	(1.116)	278	418
		286.347	(110.657)	175.690	177.007

- (i) Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação, de acordo com a Resolução 474 de 2012, por grupo de ativo imobilizado segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação e amortização (%)
Imobilizado - transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Pára-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração central	
Equipamentos de Informática	16,67%
Veículos	14,29%
Móveis e Utensílios	6,25%
Imobilizado não vinculado à concessão (i)	
Máquinas e equipamentos	10,00%
Software	20,00%

- (i) O ativo imobilizado apresentado no Grupo de Atividades não vinculadas a concessão de serviço público de energia elétrica tem depreciação alinhada com a legislação fiscal. Assim, aplicamos a taxa de 10% ao ano visto que consideramos a vida útil econômica dos itens alinhados com a norma fiscal.

11.1 A composição das adições do ativo imobilizado por tipo de gasto capitalizado é como segue:

Adições do ativo imobilizado em curso	Material/ Equipamentos
Transmissão	
Máquinas e Equipamentos	7.310
Veículos	128
Projetos - diversos	1.965
Total das adições	9.403

11.2 As dez principais adições / transferências (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço em 2023

	Transmissão - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1.	ESTACAO DE COMUNICACAO FIBRA OTICA	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	869
2.	TORRE,AUTOPORTANTE,METALICA,16,5M	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	811
3.	TORRE,AUTOPORTANTE,METALICA,16,5M	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	801
4.	SISTEMA DE PROTECAO, MEDICAO E AUTOMACAO	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	708
5.	DISJUNTOR TENSAO NOMINAL DE 550 KV , CORRENTE DE 3150A , CAPACIDADE DE CURTO CIRCUITO 63 KA	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	624
6.	DISJUNTOR TENSAO NOMINAL DE 550 KV , CORRENTE DE 3150A , CAPACIDADE DE CURTO CIRCUITO 63 KA	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	466
7.	CIRCUITO FECHADO DE TV	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	234
8.	CONJUNTO CHAVE SECC 3F CENTRAL HOZ C/LT, TENSAO MAXIMA DE 550KV, CORRENTE NOMINAL DE 3150A.	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	166
9.	CONJUNTO CHAVE SECC 3F CENTRAL HOZ C/LT, TENSAO MAXIMA DE 550KV,CORRENTE NOMINAL DE 3150A.	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	166
10.	BARRAMENTO, RIGIDO,500KV,ALUMINIO,NU,1AWG	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	156
	Total das adições		5.001

11.3 As principais baixas (pelo critério de valor) do ativo imobilizado em serviço em 2023

No exercício de 2023 não foram realizadas baixas de ativos imobilizado em serviço.

12 Intangível

a. Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2023	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Ativo intangível em serviço									
Transmissão	12.122	-	-	47	12.169	47	(119)	12.050	12.013
Servidões	12.000	-	-	-	12.000	-	-	12.000	12.000
Softwares	122	-	-	47	169	47	(119)	50	13
Administração	75	-	-	2	77	2	(72)	5	5
Softwares	75	-	-	2	77	2	(72)	5	5
	12.197	-	-	49	12.246	49	(191)	12.055	12.018
Ativo intangível em curso									
Transmissão	100	25	-	(47)	78	(22)	-	78	100
Softwares	100	25	-	(47)	78	(22)	-	78	100
Administração	-	2	-	(2)	-	-	-	-	-
Softwares	-	2	-	(2)	-	-	-	-	-
	100	27	-	(49)	78	(22)	-	78	100
Ativo Intangível	12.297	27	-	-	12.324	27	(191)	12.133	12.118

b. Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de amortização (%) (i)	31/12/2023		31/12/2022	
		Valor Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
		Intangível em serviço			
Transmissão	0,15%	12.169	(119)	12.050	12.013
Administração	10,00%	77	(72)	5	5
		12.246	(191)	12.055	12.018

- (i) Para a identificação da taxa anual média de amortização, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

12.1 A composição das adições do ativo intangível por tipo de gasto capitalizado é como segue:

Adições do Intangível em curso	Outros gastos	Total
Transmissão		
Software	25	25
Total das adições	25	25

Adições do Intangível em curso	Outros gastos	Total
Administração		
Software	2	2
Total das adições	2	2

12.2 As principais adições/ transferências (pelo critério de valor) do ativo intangível em serviço 2023

Transmissão - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1. SERVIÇO DE ATUALIZAÇÃO DE SERVIÇO	Software	34
2. SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA	Software	13
Total das adições		47

Administração - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1. LICENÇA DE USO CESSAO E BASE DE DADOS	Software	2
Total das adições		2

12.3 As dez principais baixas (pelo critério de valor) do ativo intangível em serviço 2023

No exercício de 2023 não foram realizadas baixas de ativos intangível em serviço.

13 Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de férias	761	658
Provisão de bônus (i)	722	771
IRRF funcionários	135	123
Outros	-	-
	1.618	1.552
	1.618	1.552

- (i) O Programa de Bônus é uma ferramenta de gestão e um plano motivacional que dá aos funcionários a oportunidade de receber o reconhecimento da empresa por suas conquistas. O bônus de um funcionário é medido com base nos resultados do KPI (Key Performance Indicators Program) e do PAP (Performance Assessment Program).

14 Impostos e contribuições sociais

Imposto de renda e contribuição social a pagar

	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ	478	318
CSLL	407	301
	885	619
	885	619

Outros impostos a pagar

	31/12/2023	31/12/2022
PIS	27	28
COFINS	127	130
INSS	196	165
ISS	155	140
FGTS a pagar	51	43
IRRF retido na fonte	49	51
Outros	23	47
	628	604
	628	604

15 Taxas regulamentares

	31/12/2023	31/12/2022
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	228	41
CDE - a pagar (ii)	6	-
Taxa de fiscalização (TFSEE) (iii)	15	232
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iv)	422	998
	671	1.271
	671	1.271

- (i) **RGR**

Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

Em 04 de agosto de 2023, através do Despacho nº 2.737 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2023 a junho de 2024 de R\$ 129 (cento e vinte e nove mil reais).

(ii) CDE

Conforme disposto na Resolução ANEEL 929/2021, as transmissoras de energia elétrica devem destinar 0,12% da ROL à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE até 31/12/2025. A CDE é um fundo do setor elétrico que tem como objetivo o desenvolvimento energético do país. A partir de 01/01/2026 este percentual será revertido para a execução de projetos de P&DI.

(iii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 20 de julho de 2023, através do Despacho nº 2.469 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas as competências de julho de 2023 a junho de 2024 de R\$ 181 (cento e oitenta e um mil reais).

(iv) P&D

Conforme a Resolução Aneel 929 de 2021, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento da ANELL, sendo 0,28% para projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

Variação é referente a encerramento do projeto gestão.

16 Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Companhia, constitui provisões para riscos ambientais, cíveis e de servidões em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado e com base na opinião de seus assessores jurídicos, internos e externos, e na análise das demandas judiciais pendentes.

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

Natureza	31/12/2023	31/12/2022
Servidões (i)	69	3.424
Cível (ii)	19	4
Ambientais (iii)	567	371
	655	3.799

- (i) A exposição ambiental é referente ao processo administrativo 02001.004024/2014-67, o processo teve seu prognóstico alterado para provável em 2023 após a análise do recurso da Companhia, da decisão que negou o juízo de retratação e remeteu o recurso a autoridade julgadora de 2ª instância.
- (ii) A exposição cível é referente ao processo 1003564-50.2020.8.26.0072 que teve seu prognóstico alterado de possível para provável após decisões recentes de tribunais reconhecendo a possibilidade de cobranças similares a envolvida no processo.
- (iii) A exposição de servidões é referente ao processo 1194125-96.2008.8.13.027, trata-se de constituição de servidão administrativa em fase recursal.

Nesse sentido, a movimentação do saldo de provisões prováveis da Companhia está apresentada a seguir:

	Cíveis (ii)	Ambiental (i)	Servidões (iii)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4	371	3.424	3.799
Adições e reversões, líquidas	35	(219)	(3.358)	(3.542)
Pagamento	(20)	-	-	(20)
Atualizações monetárias	-	415	3	418
Saldo em 31 de dezembro de 2023	19	567	69	655

	Cíveis	Ambiental	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	1.558	1.558
Adições e reversões, líquidas	4	371	1.866	2.241
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4	371	3.424	3.799

- (i) Ambiental: O provisionamento ambiental é referente ao processo administrativo 02001.004024/2014-67 - IBAMA, o processo teve seu prognóstico alterado para provável após a análise do recurso da Companhia, da decisão que negou o juízo de retratação e remeteu o recurso a autoridade julgadora de 2ª instância, e a variação apontada se deu por conta de atualização monetária feita no caso aqui mencionado.
- (ii) Cível: O provisionamento cível é referente ao processo 1003564-50.2020.8.26.0072 - C.R.T, que teve seu prognóstico alterado de possível para provável após decisões recentes de tribunais reconhecendo a possibilidade de cobranças similares a envolvida no processo, e a variação decorreu de atualização monetária feita no presente caso.
- (iii) Servidões: A variação positiva se deu porque o *seller* devedor principal nos autos do Processo 0002311-59.2008.8.26.0300, realizou o pagamento, o que provocou a reclassificação do caso de possível para remoto e risco zero. Aguarda-se levantamento do valor pago nos autos *seller* devedor principal, para que o feito seja encerrado.

Contingências possíveis (não provisionadas):

As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos trabalhistas, fiscais, ambientais e servidões conforme segue:

Natureza	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas (i)	644	601
Fiscais (ii)	20.339	17.385
Servidões (iii)	34	1.265
	21.017	19.251

Dentre os processos relevantes cujo o risco de perda é considerado possível destacamos:

- (i) **Trabalhista:** Referem-se a ações movidas por ex-empregados de terceiros e empregados próprios, envolvendo discussões como responsabilidade subsidiária e/ou solidária, e cobrança de parcelas indenizatórias, entre outros assuntos. A variação decorreu de atualização monetária do risco possível alocado em dois processos judiciais.
- (ii) **Fiscais:** A variação dos valores possíveis refere-se principalmente na atualização monetária dos riscos envolvidos principalmente nos processos 15540.720.020/2020-12 – Fazenda e 17227-720.117/2020-11 – Fazenda valor de exposição R\$ 7.606 (sete milhões, seiscentos e seis mil reais) e R\$ 6.244 (seis milhões, duzentos e quarenta e quatro mil reais), respectivamente. Todos os casos são processos tributários que discutem recolhimentos de créditos tributários de IRPJ e CSLL.
- (iii) **Servidões:** A variação se deve a mudança de prognóstico do processo 0001047-19.2018.8.26.0506 - S.E.P que deixou de ser possível e passou a ser remoto e sem valor de exposição, pois o perito do juízo afirmou oficialmente nos autos do Processo que a indenização foi integralmente quitada e ainda há valores a receber pela RPTE, os quais já foram requeridos ao juiz. O processo é referente a constituição de servidão administrativa para passagem da linha de transmissão de energia.

17 Obrigações Especiais

	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações Especiais	6.879	-
	6.879	-

Composição destas obrigações

Obrigações especiais - R\$ Mil	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Total
Em Serviço			
Outros	3,53%	(6.970)	(6.970)
(-) Amortização Acumulada AIS			
Outros	3,53%	91	91
Total		(6.879)	(6.879)

Movimentação ocorrida no exercício:

Obrigações especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (a)-(b)+(c)	Amortização acumulada	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
Em serviço	-	(6.970)	-	-	(6.970)	(6.970)	91	(6.879)	-
Outros	-	(6.970)	-	-	-	(6.970)	91	(6.879)	-
(-) Amortização acumulada - AIS	-	91	-	-	91	91	-	-	-
Outros	-	91	-	-	91	91	-	-	-
Total	-	(6.879)	-	-	(6.879)	(6.879)	91	(6.879)	-

As Principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais foram:

Descrição do Bem	Em R\$ mil
1. ESTACAO DE COMUNICACAO FIBRA OTICA	869
2. TORRE, AUTOPORTANTE, METALICA,16,5M	811
3. TORRE, AUTOPORTANTE, METALICA,16,5M	801
4. SISTEMA DE PROTECAO, MEDICAO E AUTOMACAO	708
5. DISJUNTOR TENSAO NOMINAL DE 550 KV, CORRENTE DE 3150A, CAPACIDADE DE CURTO CIRCUITO 63 KA	624
6. DISJUNTOR TENSAO NOMINAL DE 550 KV, CORRENTE DE 3150A, CAPACIDADE DE CURTO CIRCUITO 63 KA	466
7. CIRCUITO FECHADO DE TV	234
8. CONJUNTO CHAVE SECC 3F CENTRAL HOZ C/LT, TENSAO MAXIMA DE 550KV, CORRENTE NOMINAL DE 3150A.	166
9. CONJUNTO CHAVE SECC 3F CENTRAL HOZ C/LT, TENSAO MAXIMA DE 550KV, CORRENTE NOMINAL DE 3150A.	166
10. BARRAMENTO, RIGIDO,500KV, ALUMINIO, NU,1AWG	156
Total	5.002

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 352.802 (trezentos e cinquenta e dois milhões, oitocentos e dois mil reais), dividido em 352.802 (trezentos e cinquenta e dois milhões, oitocentos e duas mil) ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada.

Tendo em vista o excesso de capital e os prejuízos acumulados apurados nas demonstrações financeiras com data base em 31 de dezembro de 2022, os Acionistas decidiram reduzir R\$ 139.000 (cento e trinta e nove milhões de reais) do capital social, pelo cancelamento de 139.000 (cento e trinta e nove milhões) de ações ordinárias nominativas, em conformidade com o artigo 173 da lei nº 6.404/76. Desse montante, R\$ 76.057 (setenta e seis milhões, cinquenta e sete mil reais) foi absorvido ao prejuízo acumulado e R\$ 62.943 (sessenta e dois milhões, novecentos e quarenta e três mil reais) foi reduzido ao capital constituído.

Dessa forma, o capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 passou a ser R\$ 213.802 (duzentos e treze milhões, oitocentos e dois mil reais), representado por 213.802 (duzentos e treze milhões, oitocentos e duas mil) ações ordinárias nominativas sem valor nominal com preço de emissão de R\$ 1 (um real) cada.

A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2023 e 2022
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	<hr/>
	100%

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício societário, antes de qualquer destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

c. Reserva de retenção de lucros

Conforme demonstração financeira societária, em 31 de dezembro de 2023 a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, ficando disponível o montante de R\$ 17.370 (dezesete milhões, trezentos e setenta mil reais) para pagamentos futuros, conforme determinação das Acionistas, de acordo com a proposta de orçamento de capital aprovada.

d. Lucros / (prejuízos) acumulados

Conforme demonstrado na nota explicativa 7, as diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias impactam diretamente na apuração do resultado da Companhia resultando num lucro acumulado de R\$ 16.286 (dezesesseis milhões, duzentos e oitenta e seis mil reais) em 31 de dezembro de 2023 e um prejuízo acumulado de R\$ 74.683 (setenta e quatro milhões, seiscentos e oitenta e três mil reais) em 31 de dezembro de 2022 nas demonstrações financeiras regulatórias absorvidos pela retenção de lucros.

e. Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício - societário	18.467	20.833
Absorção do prejuízo	-	(20.833)
Base para reserva legal	18.467	-
Reserva legal (5%)	(923)	-
Base de cálculo para os dividendos	<u>17.544</u>	<u>-</u>
Dividendo mínimo obrigatório	<u><u>176</u></u>	<u><u>-</u></u>

19 Receita operacional líquida

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita operacional bruta (i)	<u>53.046</u>	<u>47.820</u>
Ajuste da receita de rateio de antecipação	(887)	(1.150)
Receita de encargos de transmissão	42.652	40.558
Recuperação de PIS e COFINS	1.879	1.712
Receita de novas obras RBNI	7.143	6.130
Parcela de ajuste do ciclo anterior	(589)	(1.010)
Indisponibilidade de equipamentos (ii)	(249)	(741)
Outras Receitas de Operação	-	5
Descontos Incidentes na TUST	3.097	2.316
Deduções da receita operacional	<u>(3.916)</u>	<u>(3.519)</u>
PIS	(345)	(311)
COFINS	(1.591)	(1.435)
P&D	(464)	(443)
RGR	(1.328)	(1.155)
TFSEE	(188)	(175)
	<u><u>49.130</u></u>	<u><u>44.301</u></u>

(i) Variação referente ao reajuste do ciclo realizado em julho/2023.

(ii) Variação decorrente de estorno da provisão estimada em 2022 devido a indisponibilidade de equipamentos e que a que recorremos e que Aneel acatou o recurso e o valor foi estornado em 2023

20 Custo de construção e operação

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(5.639)	(5.359)
Material	(1.106)	(711)
Serviços de terceiros	(779)	(950)
Depreciação e amortização	(8.580)	(8.468)
Gastos diversos	(979)	(643)
Outros	(149)	(113)
	<u>(17.232)</u>	<u>(16.244)</u>

21 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal (i)	(1.575)	(2.363)
Material	(41)	(65)
Serviços de terceiros	(317)	(429)
Arrendamentos e aluguéis	(144)	(133)
Provisões (ii)	(37)	(260)
Tributos	(21)	(33)
Depreciação e amortização	(29)	(35)
Recuperação de despesas	284	812
Outras	(287)	(189)
	<u>(2.167)</u>	<u>(2.695)</u>

- (i) Variação refere-se substancialmente ao rateio 699 devido a inclusão das empresas XRTE e STE em 2022.
(ii) Saldo referente essencialmente a provisão de processos de natureza cíveis vide nota 16.

22 Despesa de pessoal

Pessoal - operação	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração	(3.489)	(3.450)
Encargos	(1.233)	(1.175)
Previdência privada	(51)	(49)
Outros Benefícios - Corrente	(842)	(685)
Outros	(24)	-
	<u>(5.639)</u>	<u>(5.359)</u>
Pessoal - administração	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração	(680)	(945)
Encargos	(228)	(365)
Previdência privada	(16)	(9)
Benefícios	(127)	(173)
Outros	(48)	(213)
Administradores	(476)	(659)
	<u>(1.575)</u>	<u>(2.364)</u>
	<u>(7.214)</u>	<u>(7.723)</u>

23 Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras	9.526	6.541
Receitas de aplicações financeiras (i)	9.418	5.984
Outras receitas financeiras	108	557
Despesas financeiras	(115)	(211)
Outras despesas financeiras	(115)	(211)
	9.411	6.330

- (i) Variação refere-se a rendimentos sobre aplicação financeira em função do aumento de valores aplicados no exercício de 2023 referente a sobra de caixa conforme mencionado na nota explicativa 8.

24 Conciliação de imposto de renda e contribuição social (Lucro presumido)

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas brutas (8%) (i)	53.043	47.996
Receitas brutas (32%) (ii)	184	-
Base de cálculo (8%)	4.243	3.840
Base de cálculo (32%)	59	-
Outras receitas	10.709	6.321
Base de cálculo	15.011	10.161
IR devido	(3.729)	(2.516)
Ajuste de provisão IR referente a anos anteriores	(25)	-
Total de IRPJ	(3.754)	(2.516)

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas brutas (12%) (i)	53.043	47.996
Receitas brutas (32%) (ii)	184	-
Base de cálculo (12%)	6.365	5.759
Base de cálculo (32%)	59	-
Outras receitas	10.709	6.321
Base de cálculo	17.133	12.080
CSLL devida	(1.541)	(1.087)
Ajuste de provisão CSLL referente a anos anteriores	(9)	-
Total de CSLL	(1.550)	(1.087)
Total de IRPJ/CSLL	(5.304)	(3.603)

- (i) A Companhia tributa as receitas efetivamente auferidas (Aviso de Crédito - AVC) e a natureza das receitas auferidas pelas Transmissoras decorre exclusivamente da prestação dos serviços de transmissão de energia, sendo este serviço remunerado por meio da RAP.

25 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

25.1 Ativo

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - partes relacionadas	1.455	1.925
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	1.452	1.160
Outros	-	765
Intercompany ETEE - Despesas de pessoal	-	7
Intercompany Matrinchã - Despesas de pessoal	-	3
Intercompany SGBH - Reembolso Gemini (ii)	-	755
	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - partes relacionadas - Longo prazo	3	-
Outros ativos não circulantes	3	-
Intercompany Matrinchã - Despesas de pessoal	3	-

25.2 Passivo

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores - partes relacionadas	567	576
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	556	576
Aluguel	11	-

25.3 Resultado

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado - partes relacionadas	2.548	1.457
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	2.678	1.604
Aluguel (iii)	(130)	(123)
Serviços de engenharia SGSE (iv)	-	(24)

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em

contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. Em abril de 2022, através do despacho N° 1.075 a ANEEL autorizou a inclusão das empresas XRTE e STE no contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos. Em julho de 2022, o Grupo assinou o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas, o que explica a variação no exercício de 2023.

- (ii) Por meio do contrato de compra e venda da Companhia, os vendedores se comprometeram a assumir todos os custos de defesa e condenação relativos às quaisquer demandas administrativas e/ou judiciais relacionadas à Companhia, conforme termos e condições previstos no Contrato. Diante disso, a Companhia efetuou o registro de direito a reembolso para as despesas jurídicas pagas, com aviso de débito à vendedora, visto que estas estão suportadas pelo Contrato. Porém, a vendedora não realizou o reembolso destas despesas realizadas pela companhia ao longo dos anos. Em 2022, foi realizado um acordo, entre a vendedora e a controladora SGBH, que recebeu todas as despesas pagas, em nome de suas controladas. A SGBH então, está ressarcindo controladas de acordo com os avisos de débito emitidas na época.
- (iii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio.
- (iv) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. (“SGSE”) é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos, estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia, assim como serviços de consultoria e gerenciamento de projeto especializado em P&D. Em Dezembro de 2021 a Companhia assinou contrato com a SGSE para a prestação de serviços especializados de consultoria e gerenciamento de P&D para o período de 2022 a 2023.

25.4 Remuneração da Administração (pessoal – chave)

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

Valores reconhecidos no resultado	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração fixa e variável (*)		
Salário	208	255
Benefícios diretos e indiretos	35	45
Encargos	102	152
Provisões (13 salário, férias e bônus)	131	207
Valor total da remuneração	476	659

- (*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e bônus.

26 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 26.1 não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados,

incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

26.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	8	47.702	70.579
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - partes relacionadas	25	1.452	1.925
Concessionárias e permissionárias	9	5.661	5.030
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores terceiros		386	442
Fornecedores partes relacionadas	25	567	576

26.2 Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a. *Riscos de mercado*

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b. *Riscos de taxas de juros*

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalente	47.702	70.579
Contas a receber partes relacionadas	1.452	1.925
Concessionária e Permissionárias	5.661	5.030

c. Riscos cambiais

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d. Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a Companhia apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

27 Gestão de capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

28 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2023	31/12/2022
Responsabilidade civil	Risco civil	20.000	20.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	67.564	67.564
Veículos	Carros	<u>937</u>	<u>973</u>
		<u>88.501</u>	<u>88.537</u>

Ramon Sade Haddad

Jorge Bauer

Mariana de Oliveira Barbosa

Diretor Presidente

Diretor

Contadora - CRC RJ - 103573/O-2